



ACÓRDÃO Nº611/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11262/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Maués.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Simildon Antonio Cavalcante da Rocha (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI .
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 7734/2019-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Maués. Exercício de 2017.

Irregularidade. Multa. Recomendação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator que acatou o voto-destaque, proferido em sessão, do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Maués, alusiva ao exercício de 2017, sob a responsabilidade do Sr. **Simildon Antonio Cavalcante da Rocha**, Presidente do Poder Legislativo Municipal, à época, nos termos do art. 71, II, da CF/1988, art. 40, II, da CE/1989, art. 1º, II, 2º, 4º, 5º, I, art. 22, III, "b" e "c" e art. 25 da Lei n. 2.423/1996 c/c art. 11, III, "a", "2" e art. 188, § 1º, III, "b" e "c" da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

10.2. Aplicar Multa ao Sr. **Simildon Antonio Cavalcante da Rocha**, Vereador-Presidente do Poder Legislativo de Maués no valor de **R\$ 6.827,19**, (seis mil, oitocentos e vinte sete reais e dezenove centavos), com fundamento no art. 52, III, "b" da Lei Estadual n. 2.423/96, em razão do conjunto de impropriedades identificadas e não sanadas pelo responsável, conforme os achados: 05, 16, e 17, constantes da Informação n. 30/2020 – DICAMI (fls. fls. 780/784) e integralmente encampados no Relatório/Voto, por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, ato de gestão ilegítimo ou



ACÓRDÃO Nº611/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

antieconômico de que resultou injustificado dano ao erário. Outrossim, o referido valor deverá ser recolhido no **prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.3. Aplicar Multa ao Sr. **Simildon Antonio Cavalcante da Rocha** no valor de **R\$ 13.654,39**, (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), com espeque no art. 54, VI, da Lei Estadual n. 2.423/96, em razão do conjunto de impropriedades identificadas e não sanadas pelo responsável, conforme os achados: 10 e 12 da Informação n. 30/2020 – DICAMI (fls. fls. 780/784), e integralmente encampados no Relatório/Voto os quais configuraram ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Destarte o referido valor deverá ser recolhido no **prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.4. Recomendar à Câmara Municipal de Maués que:

- 10.4.1.** Que faça as devidas adequações para cumprimento do limite com dispêndio de Gastos com o Poder Legislativo, cf. dição do 29-A *caput* da CF/88;
- 10.4.2.** Que as futuras contratações sejam formalizadas via Contrato na forma do art. 55, *caput*, e incisos da Lei Federal n. 8666/93, independente da modalidade de licitação;
- 10.4.3.** Que atenda ao que preceitua a Lei Federal n. 8666/93, no que tange a acréscimos ou diminuição dos quantitativos do objeto licitado, para que sejam formalizados através de Aditivo Contratual;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº611/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 10.4.4.** Que atente, com rigor, para o procedimento de descrito pelo § 4º do art. 62, da Lei Federal n. 8666/93, quando da emissão de Contrato para aquisição de compras entregues de forma parceladas;
- 10.4.5.** Que seja criado e preenchido o cargo de Procurador Jurídico no quadro funcional da Câmara Municipal de Maués.
- 11- Ata:** 22ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- Data da Sessão:** 8 de Julho de 2021.
- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).
- 14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral